The background of the cover is a teal-colored sky with soft, white clouds. A person is seen from behind, standing on the peak of a dark, rocky mountain. Several glowing lightbulbs are scattered across the sky, some appearing to be part of a larger, faint circuit board pattern. The overall mood is one of inspiration and intellectual pursuit.

Aportes Éticos e Estéticos em Filosofia 2

Marcelo Máximo Purificação
Sonellaine de Carvalho
Alessandra Cabral da Silva
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2021



*Aportes
Éticos e
Estéticos em
Filosofia
2*

Marcelo Máximo Purificação
Sonellaine de Carvalho
Alessandra Cabral da Silva
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aportes éticos e estéticos em filosofia 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Sonellaine de Carvalho
Alessandra Cabral da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A644 Aportes éticos e estéticos em filosofia 2 / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Sonellaine de Carvalho, Alessandra Cabral da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-130-2

DOI 10.22533/at.ed.302211805

1. Filosofia. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Carvalho, Sonellaine de (Organizadora). III. Silva, Alessandra Cabral da (Organizadora). IV. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Caros leitores, apresentamos a obra: “Aportes Éticos e Estéticos em Filosofia 2”, desenvolvido através de trabalhos realizados em diferentes contextos. Uma obra que reúne 11 textos, cujos temas transitam pelo universo da filosofia proporcionando conhecimento e informação, que corroboram para a constituição de reflexões na área das Ciências Humanas.

O livro apresenta objetivos e temas que percorrem os seguintes caminhos: estudar o método de René Descartes na história da filosofia e do pensamento moderno; em objetiva conceber se a igualdade preserva a essência humana ou se colabora na construção de massas e no isolamento dos seres frente à realidade dos fatos; em saber como é possível se dar a ligação (mente e cérebro), um dos problemas que o filósofo contemporâneo da mente tenta explicar e resolver; descreve a investigação acerca do problema filosófico apresentado por Alan Turing ao afirmar a possibilidade de máquinas pensarem; analisa o aspecto simbólico dos heróis e dos mitos, para então, por meio do Tarot, considerado um dos oráculos mais antigos da humanidade, arte adivinhatória em forma de jogo de cartas, adentrarmos numa leitura dos arcanos-arquétipos que regem a filosofia bachelardiana; busca compreender, dentro da Filosofia Política do filósofo italiano Antonio Gramsci (1891–1937), o lugar e o valor da hegemonia e relacioná-la com as categorias de guerra de posição e de reforma moral e intelectual; coloca o Filósofo Søren Aabye Kierkegaard como aquele pensador que andou na contramão da filosofia entendida como existencial, onde na sua gênese de interpretação não há um “socorro”, uma esperança; não se procura analisar somente as semelhanças, mas explorar os caminhos dados pelo jovem Nietzsche que, por vezes, apesar de um tanto poéticos, são sucintos em suas argumentações e, não apresentam conflitos com a própria forma em que foram expressos, uma vez que a saída mesma dos tais problemas seria através de um perspectivismo artístico; apresentar uma visão contemporânea da felicidade, especialmente trabalhada nas relações de consumo; explicita uma fundamentação metafísica da lei natural em Tomás de Aquino; Saber que o ensino da filosofia deve ser renovado e reinventado, por meio da prática docente de cada educador, encontrando novas estratégias de aprendizagem. O exposto acima mostra a profundidade das discussões, que visam proporcionar aos leitores boas leituras e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação
Sonellaine de Carvalho
Alessandra Cabral da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUALIDADE DO MÉTODO DA DÚVIDA CARTESIANA NO AMBIENTE DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS	
Leandro Arcanjo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3022118051	
CAPÍTULO 2	8
A HORIZONTALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DE HANNAH ARENDT: A DESCARTABILIDADE IMPLÍCITA NA POPULAÇÃO MIGRATÓRIA	
Natália Madsen dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3022118052	
CAPÍTULO 3	19
A CONCEPÇÃO DE MENTE COMO HERANÇA CARTESIANA NO DUALISMO DE SUBSTÂNCIAS E PROPRIEDADES	
Matusalen de Lima	
Evandro Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.3022118053	
CAPÍTULO 4	24
A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PENSAMENTO DE MÁQUINAS: O <i>HARD PROBLEM</i> DA CONSCIÊNCIA NA PROPOSTA DE ALAN TURING	
Leonardo Augusto Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.3022118054	
CAPÍTULO 5	34
BACHELARD E A JORNADA DO HERÓI: MITANÁLISE E TAROLOGIA COMO APRENDIZAGEM DE SI	
Gabriel Kafure da Rocha	
William Gustavo Machado	
DOI 10.22533/at.ed.3022118055	
CAPÍTULO 6	52
HEGEMONIA EM GRAMSCI	
Antonio Ferreira Marques Neto	
DOI 10.22533/at.ed.3022118056	
CAPÍTULO 7	64
O INDIVÍDUO E A ÂNSIA DE SER SI MESMO KIEKEGAARD E OS ESTÁGIOS ESTÉTICO, ÉTICO E RELIGIOSO	
Uilson Melo Barbosa Monteiro	
Danilo Leal de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3022118057	

CAPÍTULO 8	73
O PROBLEMA MORAL DO IMPULSO À VERDADE E A ESTÉTICA DA VONTADE DE PODER COMO SAÍDA POSSÍVEL	
Raul Reis Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.3022118058	
CAPÍTULO 9	81
RELAÇÕES DE CONSUMO: UMA ANÁLISE FILOSÓFICA CONTEMPORÂNEA DA BUSCA PELA FELICIDADE	
Leilson João Reis da Silva	
Jacir Alfonso Zanatta	
DOI 10.22533/at.ed.3022118059	
CAPÍTULO 10	95
TOMÁS DE AQUINO E A LEI NATURAL: UMA FUNDAMENTAÇÃO METAFÍSICA	
Luis Carlos Silva de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.30221180510	
CAPÍTULO 11	102
UN MÉTODO DE INTERVENCIÓN PEDAGÓGICO: ENSEÑAR Y APRENDER CON LA ÉTICA Y LA ESTÉTICA	
Mafaldo Maza Dueñas	
Vanessa García González	
DOI 10.22533/at.ed.30221180511	
SOBRE OS ORGANIZADORES	115
ÍNDICE REMISSIVO	117

CAPÍTULO 10

TOMÁS DE AQUINO E A LEI NATURAL: UMA FUNDAMENTAÇÃO METAFÍSICA

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 12/02/2021

Luis Carlos Silva de Sousa

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira. Instituto de
Humanidades
Redenção-Ceará

<https://orcid.org/0000-0001-7543-5904>

RESUMO: O texto pretende explicitar uma fundamentação metafísica da lei natural em Tomás de Aquino. A noção de bem transcendental é o fundamento dos primeiros princípios da razão prática. Essa perspectiva transcendental deve nos conduzir a uma adequada interpretação sobre o papel das inclinações naturais e sobre a noção de bem nas ações humanas, em confronto com John Finnis (1940-).

PALAVRAS - CHAVE: Lei natural, metafísica, bem transcendental, razão prática.

THOMAS AQUINAS AND NATURAL LAW: A METAPHYSICAL FOUNDATION

ABSTRACT: The text intends to make a metaphysical foundation to natural law in Thomas Aquinas. The notion of transcendental good is the foundation of the first principles of practical reason. This perspective should lead us to an adequate interpretation of the role of natural inclinations and the notion of good in human actions, in confrontation with John Finnis (1940-).

KEYWORDS: Natural law. Metaphysics.

Transcendental good. Practical reason.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo, a seguir, consiste em afirmar a presença de uma fundamentação metafísica da lei natural em Tomás de Aquino (ca. 1225-1274, através de uma breve análise da Primeira Parte da Segunda Parte da *Summa theologiae* (*Suma de Teologia*), questão noventa e quatro, artigo segundo (*STh. Ia-IIae*, q. 94, a. 2).

O propósito da discussão não está vinculado apenas a uma análise pontual sobre um autor medieval, na medida em que o tópico sobre a fundamentação da lei natural tem repercussões contemporâneas, sobretudo se considerarmos a obra de John Mitchell Finnis (1940-), *Natural Law and Natural Rights* (1980). John Finnis pode ser considerado, ainda hoje, como o mais importante expoente do Direito Natural, no contexto contemporâneo da tradição analítica do Direito. A pergunta que orienta nosso programa de investigação diz respeito ao estatuto da lei natural em Tomás de Aquino, e em que medida ele corresponde à releitura de John Finnis. Para um esclarecimento deste ponto, será necessário considerar, em particular, o papel exercido pelas “inclinações naturais” no campo da Moral. Este tópico tem especial relevância para a justificativa ética de uma hermenêutica de cunho filosófico.

A análise será realizada em duas seções:

(1) trata dos primeiros princípios da razão prática, levando em conta, em confronto com John Finnis, o problema sobre como fundamentar os preceitos morais, evitando a assim chamada “falácia naturalista”, ou seja, a inferência ilícita ao se extrair proposições normativas de proposições factuais ou descritivas; (2) propõe considerar o bem transcendental como fundamento metafísico dos primeiros princípios da razão prática.

2 | LEI NATURAL E INCLINAÇÕES NATURAIS

Há um grande número de inclinações fundamentais no ser humano, que Tomás de Aquino chama de *inclinações naturais*: a preservação da própria vida, a busca de abrigo, a associação com outros homens na formação de comunidades, assegurar a sobrevivência da humanidade pela procriação, procurar o sentido da vida etc.

Na *Summa theologiae* Ia-IIae q. 94, a. 2, Tomás de Aquino afirma que experimentamos como boas aquelas coisas para as quais temos uma inclinação natural. Afirma também que é a nossa *razão prática* que estabelece que tais objetos são bons. Ora, para Tomás, o que se submete à ordem da razão também se submete à ordem estabelecida pelo próprio Deus. Noutras palavras, a razão é a medida do que é moral. Entretanto, a razão, na medida em que determina a moralidade de nossas ações, não deve ser entendida como autossuficiente, pois ela permanece dependente da ordem da natureza. Há uma dupla versão referente ao enunciado do artigo 2º da questão 94 - a do prólogo e a da variante do começo do artigo-, mas a versão do prólogo parece ter uma maior garantia de autenticidade: “*quae sint praecepta legis naturalis*” (prol.) [quais são os preceitos da lei natural?]; “*utrum lex naturalis contineat plura praecepta, vel unum tantum*” [se a lei natural contém vários preceitos ou apenas um].

Um problema crucial consiste em esclarecer como ocorre o nexo entre o significado do termo “natureza”, expresso quando nos referimos às inclinações naturais, e os “primeiros princípios da razão prática” (*lei natural*).

De fato a *lei natural* é, para Tomás de Aquino, fundamento normativo da ação humana, tal como exposto na STh. Ia-IIae, q. 94, a. 2. Este texto ocupa um lugar clássico e central em uma longa tradição filosófica. O “primeiro princípio da lei” é o seguinte: “que o bem deve ser feito e procurado, e o mal evitado” (*quod bonum est faciendum et prosequendum, et malum vitandum*). O artigo 2º da questão 94 é também conhecido por ser um dos mais controversos textos da *Summa theologiae*. Um ponto que ainda permanece em discussão diz respeito à passagem que vem logo depois, na sequência da anterior: “todas aquelas coisas para as quais o homem tem inclinação natural, a razão apreende como bens, e por consequência como obras a serem procuradas”.

O que particularmente é motivo de controvérsia consiste no papel exercido pelas inclinações naturais como algo inerente ao ser humano. A dificuldade maior parece encontrar-se na conclusão dessa passagem: “Segundo, pois, a ordem das inclinações

naturais, dá-se a ordem dos preceitos da lei da natureza”. O que isto significa? Qual a relação entre as inclinações naturais e a lei natural? Ora, esse é um problema que tem inquietado muitos intérpretes de Tomás de Aquino.

John Finnis (1980; 1987; 1998; 2007), por exemplo, tem argumentado que as inclinações naturais não devem ser concebidas em um sentido moral, como se pudéssemos derivar proposições normativas de proposições factuais, estas extraídas da “natureza” humana (FINNIS, 1987, p. 43-55). Essa tentativa ilícita de derivação, conhecida como “falácia naturalista”, foi denunciada por D. Hume (*Treatise of Human Understanding*, II, 1, 1). Não podemos derivar o que “deve ser” do que “é”, ou seja, proposições prescritivas de proposições descritivas. Tomás de Aquino, segundo Finnis, não concebe os primeiros princípios como derivados, pois são autoevidentes. Portanto, não haveria qualquer inferência de preceitos morais a partir das inclinações naturais. Os primeiros princípios não são inferidos. Eles são indemonstráveis. Segundo Finnis, esses princípios devem ser entendidos como *princípios pré-morais da razoabilidade prática* (FINNIS, 2006, p. 44-45).

Entretanto, esta não parece ser uma correta interpretação dos primeiros princípios da razão prática, em Tomás de Aquino. Em primeiro lugar, a crítica à “falácia naturalista”, nos termos de David Hume (1711-1776), pressupõe uma oposição radical entre dever-ser e ser; mas há outras tradições morais acerca da ação humana, com perspectivas diferentes sobre o uso de predicados como “bom” ou “obrigatório”, de tal modo evitar uma forte dicotomia entre “descrever” e “prescrever” (RICOEUR, 1991, p. 200). Além disso, por sua própria natureza, o conhecimento prático diz respeito a um dever-ser imanente à práxis. Ao contrário do que pretende a tradição moral que provém de Hume, não precisamos estabelecer uma consequência lógica entre ser e dever-ser: a célebre “falácia naturalista” supõe uma epistemologia empirista, fundada meramente na apreensão visual do antes e do depois, e, portanto, desconhece a natureza do conhecimento *prático*, tal como este provém de Aristóteles (LIMA VAZ, 2000, p. 32-33). Ora, a razão prática é *normativa* por definição, enquanto imanente à *práxis*, sendo a *práxis* um “agir segundo o bem” (*Pol.*, VII, 3, 1326 a 21). Há uma normatividade imanente do fim, em nossa experiência do *ethos*. Daí a peculiaridade da Ética como ciência do *ethos*: ela é, ao mesmo tempo, uma teoria da *práxis* e uma *ciência prática*, uma norma do *agir*.

Se considerarmos o estatuto das “inclinações naturais” do ponto de vista hermenêutico do *conflito de tradições* em pesquisa moral, *Finnis parece subscrever a posição empirista de Hume, e por isso acaba por negar o caráter moral das inclinações naturais*. Além disso, dispensa qualquer fundamentação metafísica para os princípios da razão prática, o que também não parece corresponder à visão de Tomás de Aquino. Ao contrário do que argumenta Finnis, *um ato humano é moralmente bom quando conforme a natureza humana e a seu fim último*. As inclinações naturais, em suma, não são moralmente neutras. Elas são, na verdade, o fundamento dos preceitos da lei natural. Ademais, parece escapar a Finnis que em cada criatura racional existe uma inclinação natural àquilo que é consoante

à lei eterna (TOMÁS DE AQUINO, STh. Ia-IIae, q. 93, a. 6). A lei natural deriva da lei eterna, e seria inadequado não conceber essa relação na *Summa theologiae* (ELDERS, 2005, p. 209). Os preceitos morais, formulados pelo intelecto humano, são conectados à lei eterna. Com isso, Tomás de Aquino enfatiza a nossa *participação* na lei eterna de Deus:

“Portanto, nela mesma [na criatura racional] é participada a razão eterna, por meio da qual tem a inclinação natural ao devido ato e fim. E tal participação da lei eterna na criatura racional se chama lei natural. Assim, ao dizer o Salmista no Salmo 4, 6: ‘Sacrificai um sacrifício de justiça’, acrescenta como que para os que buscam quais são as obras da justiça: ‘Muitos dizem: Quem nos mostra os bens?’, à qual questão responde, dizendo: ‘Foi assinalada sobre nós a luz de tua face, Senhor’: como se a luz da razão natural, pela qual discernimos o que é o bem e o mal, que pertence à lei natural, nada mais seja que a impressão da luz divina em nós. Daí se evidencia que a lei natural nada mais é do que a participação da lei eterna na criatura racional.” (TOMÁS DE AQUINO, STh. Ia-IIae, q. 91, a. 2)

A lei natural consiste nos primeiros princípios da razão prática, princípios estes apreendidos justamente em virtude de nossas inclinações naturais. A lei natural está, portanto, enraizada na natureza humana. Ora, “a lei escrita nos corações dos homens é a lei natural”, diz Sto. Tomás (STh. Ia-IIae, q. 94, a. 6, *sed contra*: *lex scripta in cordibus hominum est lex naturalis*). É neste sentido que os *direitos humanos básicos* são universalmente aplicáveis a todo ser humano, pois a lei decorre da “natureza” humana enquanto *estrutura ontológica* e não como algum aspecto biológico ou físico (AERTSEN, 1987, p. 106-107; 1988, p. 105; BARRERA, 2007, p. 106-134). Esses direitos são imediatamente “derivados” dos primeiros princípios da lei natural (ELDERS, 2005; p. 218).

3 | BEM TRANSCENDENTAL E OS PRINCÍPIOS DA RAZÃO PRÁTICA

Qual a *noção de bem*, suposta na formulação da lei natural: “que o bem deve ser feito e procurado e o mal evitado”? Ora, o termo “bem”, no artigo 2º da questão 94, não se refere a algo factual, mas àquilo que é fundamento de todos os bens particulares, a saber: o bem transcendental. O bem, tomado neste sentido, é tematizado na sequência do argumento de Tomás de Aquino, acerca das inclinações naturais, exposto no ponto anterior:

“Assim como o ente é o primeiro que cai na apreensão de modo absoluto, assim o bem é o primeiro que cai na apreensão da razão prática, que se ordena à obra: todo agente, com efeito, age por causa de um fim, que se fundamenta na noção de bem. E assim o primeiro princípio na razão prática é o que se fundamenta sobre a noção de bem, que é: “Bem é a aspiração de tudo” (TOMÁS DE AQUINO, STh. Ia-IIae, q. 94, a. 2 c)

Como acentua Jan Aertsen, “esse texto é o único lugar na obra de Tomás de Aquino em que ele afirma que o ‘bem’ é o primeiro na apreensão da razão prática” (AERTSEN, 1987, p. 103). Tomás de Aquino já havia discutido o problema sobre se o bem é primeiro em

relação ao ente, na STh. Ia, q. 5, a. 2. O tópic sobre a primazia do bem é inspirado no confronto com a tradição neoplatônica, sobretudo a partir da obra *Dos Nomes Divinos* do Pseudo-Dionísio. Com efeito, para Dionísio, o bem é o primeiro dos nomes divinos. Ao se confrontar com o texto de Dionísio, Tomás de Aquino faz a seguinte distinção de aspectos: o bem é o primeiro em relação ao ente, não de acordo com a *ordem do conhecimento*, mas segundo a *ordem da causalidade*. A ordem seguida por Dionísio seria determinada, portanto, pela relação causal que esses nomes implicam na relação com Deus.

Para Tomás de Aquino, “bem e ente são idênticos na realidade; eles só diferem quanto à razão” (STh. Ia, q. 5, a. 1). A *ratio boni* consiste em que alguma coisa seja *appetibile*, vinculando a questão da conversibilidade entre bem e ente à definição aristotélica de bem, expressa na *Ética a Nicômaco* (I, 1094 a3): o bem é a aspiração de tudo (*bonum est quod omnia appetunt*). Essa definição aristotélica, portanto, é inserida em um contexto filosófico mais amplo, a partir da *doutrina dos transcendentais* (*noções generalíssimas: ente, uno, verdade e bem*). Deste modo, a consideração do *bem transcendental* permite a Tomás de Aquino estabelecer a estrutura de *fundamentação metafísica dos primeiros princípios da razão prática*. O bem, neste caso, não decorre de um ente fático, acidental. Não há “falácia naturalista”, porque a perspectiva do bem transcendental acrescenta à consideração do ente acidental o caráter de fim em um sentido de perfeição última, isto é, como *participação* em Deus como *summum bonum*. Tomás de Aquino concebe a sua “metafísica da criação” nos termos da noção central de *participação* (VELDE, 2006, p. 123-146; 1995; FABRO, 1950; 1960). Este é um importante complemento à perspectiva de Aertsen, pois nos permite situar a doutrina dos transcendentais no quadro teórico mais amplo possibilitado pela *noção metafísica de participação*.

Assim, a analogia entre os primeiros princípios da razão especulativa e os preceitos da lei natural, que dá início à exposição do artigo 2º, pode ser compreendida mais adequadamente a partir dessa noção transcendental de bem:

“o primeiro princípio indemonstrável é que ‘não se pode afirmar e negar ao mesmo tempo’, que se fundamenta sobre a razão de ente e não ente, e sobre esse princípio todas as outras coisas se fundamentam, como se diz no livro IV da Metafísica.” (TOMÁS DE AQUINO, STh. Ia-IIae, q. 94, a. 2)

O bem pode, neste sentido, decorrer do ente, se considerarmos o problema à luz da doutrina dos transcendentais. Há uma inclusão mútua entre o ente e o bem. Não será correto falar, portanto, de uma “dedução” no sentido proposto pela visão empirista. No contexto da doutrina dos transcendentais e de uma certa noção de “natureza”, propugnada por Tomás de Aquino, a razão especulativa torna-se prática *per extensionem* (BARRERA, 2007, p. 96). O primeiro princípio da lei natural, “que o bem seja feito e procurado” deve ser adequadamente interpretado, portanto, como referência última ao bem transcendental. Ao contrário do que propõe Finnis, não precisaremos abandonar a fundamentação metafísica da lei natural para evitarmos a “falácia naturalista” (MACINTYRE, 1991, p.. 206; LIMA VAZ,

4 | CONCLUSÃO

A concepção de lei natural em Tomás de Aquino pressupõe um certo conjunto de conceitos vinculados à razão prática. O conteúdo fornecido pelos primeiros princípios da razão prática, por sua vez, somente pode ser inteligível se compreendermos adequadamente o nexo entre as nossas inclinações naturais e a estrutura de fundamentação metafísica desses princípios. Ao subscrever a “lei de Hume”, reconhecendo com isso a legitimidade da “falácia naturalista”, John Finnis cede ao positivismo jurídico contemporâneo e se afasta da posição original de Tomás de Aquino. Boa parte da confusão em torno da noção de lei natural em Tomás de Aquino decorre do fato de não se perceber como ela se inscreve em uma outra tradição de pesquisa moral, diferente da que irá surgir a partir de D. Hume.

As inclinações naturais são consideradas de acordo com o caráter ontológico da noção de “natureza”, orientada teleologicamente para o fim último, que é Deus. É neste sentido que a lei natural tem como fundamento o bem transcendental, isto é, como participação na lei eterna.

REFERÊNCIAS

AERTSEN, Jan. **Medieval Philosophy and the Transcendentals: The Case of Thomas Aquinas**. Leiden: E. J. Brill, 1996.

_____. “Natural Law in the Light of the Doctrine of the Transcendentals”. In: L. J. Elders and K. Hedwig (eds.), **Lex et Libertas**. Freedom and Law According to St. Thomas Aquinas. Vatican City 1987, p. 99-112.

_____. **Nature and Creature: Thomas Aquinas’s Way of Thought**. Leiden: E. J. Brill, 1988.

BARRERA, J. M. **A Política em Aristóteles e Santo Tomás**. Trad. e prefácio: Carlos Ancêde Nougé. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2007.

ELDERS, Leo. **La Métaphysique de Saint Thomas d’Aquin: Dans une perspective historique**. Paris: J. Vrin, 1994.

_____. ELDERS, Leo. **The Ethics of St. Thomas Aquinas**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2005.

ENGELMANN, Wilson. **Direito Natural, Ética e Hermenêutica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2007.

FABRO, Cornelio. **La Nozione Metafisica di Partecipazione secondo S. Tommaso d’Aquino**. Torino: Editrice, 2. ed., 1950.

_____. **Partecipazione e Causalità secondo S. Tommaso d’Aquino**. Torino: Editrice, 1960.

MACINTYRE, Alasdair. **Whose justice? Which rationality?** University of Notre Dame Press, Notre Dame, Indiana, 1988.

_____. **Justiça de Quem? Qual Racionalidade?** Loyola, São Paulo, 1991.

_____. **Depois da Virtude: Um estudo em teoria moral.** Bauru-SP: EDUSC, 2001.

_____. **Ethics and Politics: Selected Essays.** v. 2, Cambridge University Press, 2006

MARITAIN, Jacques. **Direitos do Homem.** Trad.: Afranio Coutinho, José Olímpio, Rio de Janeiro, 1967.

TOMÁS DE AQUINO. Summa theologiae. Opera Omnia IV-XII (ed. Leon.), Rome 1888-1906 [Sth.]

_____. **In Aristotelis libros Physicorum.** Opera Omnia II (ed. Leon.), Rome, 1884.

VELDE, Rudi te. **Participation and Substantiality in Thomas Aquinas,** Leiden, Brill, 1995.

_____. **Aquinas on God: the 'Divine Science' of the Summa Theologiae.** (Ashgate Studies in the History of Philosophical Theology), Engleland/USA, 2006.

FINNIS, John. **Lei Natural e Direitos Naturais.** Trad. Leila Mendes. São Leopoldo, RS: EDITORA UNISINOS, 2006.

_____. **Natural Law and Natural Rights.** Oxford: Clarendon Press, 1980.

_____. **Aquinas: Moral, Political and Legal Theory.** Oxford University Press, 1998.

_____. **Direito Natural em Tomás de Aquino: sua reinserção no contexto do juspositivismo analítico.** Trad. e apresentação: Leandro Cordioli. Porto Alegre: Fabris Editor, 2007.

FINNIS, John & GRISEZ, Germain. "The First Principle of Practical Reason". In: A. Kenny, ed.. **Aquinas: A Collection of Critical Essays.** London, 1970, p. 340-82.

FINNIS, John. "Natural Inclinations and Natural Rights: Deriving 'Ought' from 'Is' according to Aquinas". In: L. J. Elders and K. Hedwig (eds.). **Lex et Libertas.** Freedom and Law According to St. Thomas Aquinas. Vatican City, 1987, p. 43-55.

LIMA VAZ, Henrique C. de. **Escritos de Filosofia V: Introdução à Ética Filosófica 2.** São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

RICOEUR, Paul. **O Si-Mesmo como um Outro.** Trad. Lucy Moreira Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alma 6, 19, 20, 21, 22, 65, 71, 72, 85, 86, 87, 91

C

Ciência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 28, 33, 46, 50, 54, 69, 72, 97

Conhecimento 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 32, 35, 37, 41, 44, 69, 70, 73, 75, 76, 90, 93, 97, 99

Consciência 6, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 33, 39, 45, 61, 65, 66, 67, 69, 72, 76, 77, 80, 84, 92

D

Descartes 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 19, 20, 21, 23

Direitos Humanos 6, 8, 10, 11, 15, 16, 18, 61, 98

Dúvida 6, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 40

E

Estética 7, 64, 66, 70, 73, 78, 79, 102, 103, 106

Estético 6, 64, 66, 67, 68, 71, 78, 79

Ética 7, 16, 34, 64, 66, 69, 70, 82, 86, 93, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 110

Ético 6, 15, 55, 64, 66, 68, 69, 71

Existencialismo 11, 16, 64, 72

F

Felicidade 5, 7, 68, 69, 70, 71, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Filosofia 2, 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 33, 34, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 73, 79, 81, 82, 83, 84, 93, 94, 101, 115

Filosofia do consumo 81

G

Gramsci 5, 6, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

H

Hermetismo 34

I

Igualdade 5, 8, 10, 13, 14, 16, 55

J

Jogo da imitação 24, 25, 32, 33

L

Lei natural 5, 7, 95, 96, 97, 98, 99, 100

M

Máquina 6, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 84

Máquina digital 24

Mente 5, 6, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 33, 43, 75, 76, 90, 91, 103, 105, 108, 109, 112

Metafísica 5, 7, 65, 95, 97, 99, 100

Migrações 8

Moral 5, 7, 6, 15, 16, 17, 38, 52, 53, 55, 59, 60, 62, 63, 68, 69, 70, 73, 75, 78, 79, 80, 88, 95, 96, 97, 100, 101

P

Pluralidade 8, 9, 14, 15, 16

Política 5, 9, 11, 13, 18, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 100, 108

R

Razão Prática 95, 96, 97, 98, 99, 100

Relações de consumo 5, 7, 81, 82, 83, 85, 92

Religioso 6, 5, 64, 66, 68, 70, 71, 86

T

Tarot 5, 34, 35, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 51

V

Verdade 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 38, 46, 47, 49, 65, 66, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 85, 86, 97, 99

Vida 2, 6, 9, 10, 12, 15, 35, 37, 39, 40, 42, 48, 49, 59, 61, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 102, 103, 109, 110, 111, 112, 113



*Aportes
Éticos e
Estéticos em
Filosofia*

2

www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)




www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora

Ano 2021



*Aportes
Éticos e
Estéticos em
Filosofia
2*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021